



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO nº 325 /2010

PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO  
 SESSÃO ORDINÁRIA nº 175ª de 15/10/2010  
 PROCESSO DE RECURSO nº 1/3547/2008  
 AUTO DE INFRAÇÃO nº 1/200807618  
 RECORRENTE: Célula de Julgamento de 1ª Instância  
 RECORRIDO: IBAR NORDESTE S/A

Cons. Relator: José Rômulo da Silva

**EMENTA: Simular Saídas de Mercadoria Para Outra Unidade da Federação Efetivamente Internada no Território Cearense.** Vício formal. Desrespeitado o procedimento previsto no § 4º do art. 158 que reza que em caso do não registro das operações ou prestações interestaduais no sistema de controle da SEFAZ e/ou não tenham sido apostos os selos fiscais de trânsito, o contribuinte deverá ser notificado para comprovar, no prazo de cinco dias, a efetivação das mercadorias no Estado de destino. Recurso oficial conhecido e negado provimento. Confirmada a decisão de Primeira Instância. Auto de Infração NULO. Decisão por **unanimidade** de votos.

Trata-se de reexame necessário da decisão singular proferida em Primeira Instância pela procedência do auto de infração cujo objeto fora a *simulação de saídas de mercadorias para outra Unidade da Federação efetivamente internadas no território cearense*, fato ocorrido no exercício de 2004.

ICMS lançado:	R\$ 32.135,56
Multa:	R\$ 128.542,25

A decisão está assim ementada:

EMENTA: ICMS - SIMULAR SAÍDA PARA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE MERCADORIA EFETIVAMENTE INTERNADA NO TERRITÓRIO CEARENSE. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO NULO devido à irregularidade formal da ação fiscal ocasionada pela falta de realização de termo de intimação exigido pelo artigo 158, § 4º do Decreto nº 24.569/96. Decisão amparada nos dispositivos: artigo 158, § 4º do Decreto nº 24.569/96 e artigo 32 da lei nº 12.732/97. DEFESA TEMPESTIVA. RECURSO DE OFÍCIO.

Nas suas razões de impugnação o contribuinte aduziu, em síntese, a falta de motivo para o início da segunda ação fiscal, pois já havida sido instaurado procedimento anterior sob o termo de início nº 2007.34616. Asseverou que uma nova fiscalização sobre período já fiscalizado somente teria cabimento mediante devida fundamentação.

Em seguida aduziu que o procedimento estava eivado de ilegalidade por violação ao art. 158, § 4º, do RICMS, que prevê intimação do contribuinte no caso que ora se apresenta.

Aduziu ainda ser lacunoso o relato do auto de infração e que, portanto, houve violação ao art. 33, incisos XI e XIV do Dec. 25.468/99. Teria havido, no caso, falta de fundamentação legal e de correlação entre os dispositivos legais tidos como infringidos e o fato imputado.

Em seguida invocou a ilegitimidade passiva em face de que as operações teriam sido realizadas na condição da cláusula FOB.

Por outro lado, alegou falta de prova do fato imputado, cujo ônus seria do fisco.

Reiterou na seqüência que a responsabilidade pelo internamento das mercadorias seria dos destinatários ou transportadores em face da cláusula FOB. Protestou na oportunidade pelo livre tráfego de pessoas e bens. Adiantou que as mercadorias seriam isentas.

Por fim, enumerou vários documentos fiscais cujas operações teriam sido comprovadas pela documentação dos respectivos destinatários.

O Parecer da Consultoria Tributária é no sentido de que seja decretada a nulidade do auto de infração por não ter havido a intimação para que o contribuinte comprovasse, no prazo de 05 (cinco) dias, a efetivação das operações para contribuinte de outros Estados da

Federação, como prevê o art. 158, § 4º do RICMS, tendo sido adotado pela representante da Procuradoria do Estado.

### VOTO

Entendo não merecer outra sorte o auto de infração se não a nulidade decretada. Muito bem observado o vício de forma que invalida o feito. De certo que restou desrespeitado o procedimento previsto no § 4º do art. 158 que reza que em caso do não registro das operações ou prestações interestaduais no sistema de controle da SEFAZ e/ou não tenham sido apostos os selos fiscais de trânsito, o contribuinte deverá ser notificado para comprovar, no prazo de cinco dias, a efetivação das mercadorias no Estado de destino.

#### Verbis:

§ 4º. Nas operações de saídas interestaduais, o contribuinte deste Estado deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação, comprovar a efetivação das operações ou prestações para contribuinte de outros Estados, nos casos em que não tenham sido registradas no sistema de controle da SEFAZ e/ou não tenham sido apostos os selos fiscais de trânsito.

Ainda que seja desnecessário, entendo dizer que somente após notificado o contribuinte nos moldes como está previsto no dispositivo ora reproduzido e, não comprovando este as efetivas saídas das mercadorias e serviços para outros Estados da Federação, é que estará o agente fiscal autorizado a tomar o indício como prova de internamento das mercadorias no território cearense.

Ratifico, portanto, a nulidade do auto de infração em face das razões de fato e de direito acima expostas, de modo que voto para que se conheça do recurso oficial, negando-lhe provimento para que seja confirmada decisão de nulidade proferida em Primeira Instância, dando por prejudicadas demais questões levantadas na peça impugnatória.

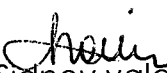
É como eu voto.

#### Decisão:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA e recorrida IBAR NORDESTE S/A,

A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de NULIDADE proferida em 1ª Instância, nos termos do voto de Conselheiro Relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

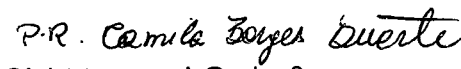
Sala das Sessões da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, em 1º de ~~novembro~~ DEZEMBRO de 2010.

  
f/ José Sidney valente Lima  
Presidente

Abílio Francisco de Lima  
Conselheiro

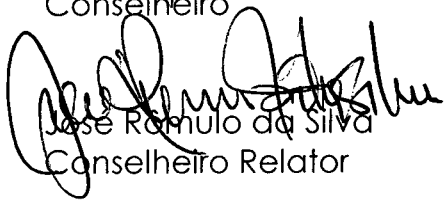
  
P.R. Jussara Dias Soares  
Conselheira

Alfredo Rogério Gomes de Brito  
Conselheiro

  
P.R. Camila Torres Duarte  
Cid Marconi G de Souza  
Conselheiro

Lucio Flavio Alves  
Conselheiro

  
Vanessa Albuquerque Valente  
Conselheira

  
José Rômulo da Silva  
Conselheiro Relator

Cícero Roger Macedo Gonçalves  
Conselheiro

Matteus Viana Neto  
Procurador do Estado